



Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática

**Gender and Urban Planning: Recent
trajectory of the literature on this subject**

*Ágar Camila Mendes Saraiva, UFMG,
agarcamila@gmail.com.*

RESUMO

Uma das marcas da sociedade industrial moderna é a inserção da mulher no mercado de trabalho. A ruptura com o modelo patriarcal de família, em que cabia a mulher as tarefas domésticas foi substituído ao longo dos séculos XIX e XX. Aos poucos elas passaram a ocupar espaços antes restritos aos homens no mercado de trabalho. Assim, a cidade, antes pensada e organizada por uma lógica patriarcal, mostrava-se estranha para as mulheres que passaram a lutar e reivindicar políticas urbanas voltadas para o redesenho das unidades urbanas. Este trabalho se propôs a mostrar como a literatura especializada tratou a trajetória das lutas e a incorporação das demandas das mulheres nas políticas urbanas e na organização das cidades. Para isso, recorreu a autores como Françoise Choay, Jane Jacob e Dolores Hayden que permitiram recuperar a referida trajetória, as demandas e como elas foram incorporadas em experiências políticas ao longo do último século. Além disso, procurou trazer duas experiências recentes de políticas urbanas empreendidas pelos governos municipais de Viena (Áustria) e Santo André (Brasil). No final ele apresenta algumas considerações que mostram a relevância de tais políticas para redução não só das desigualdades sociais, mas as sexuais e a violência contra a mulher.

Palavras Chave: planejamento urbano – gênero – mulheres - feminismo

ABSTRACT

One of the hallmarks of modern industrial society is the insertion of women in the labor market. The rupture with the patriarchal model of family, in which the woman had the housework was replaced during the nineteenth and twentieth centuries. Gradually, they began to occupy spaces previously restricted to men in the labor market. Thus, the city, once thought and organized by a patriarchal logic, was strange for the women who started to fight and to demand urban policies aimed at the redesign of the urban units. This paper intends to show how the specialized literature dealt with the trajectory of the struggles and the incorporation of the demands of the women in the urban policies and the organization of the cities. To do so, he appealed to authors such as Françoise Choay, Jane Jacob and Dolores Hayden, who allowed them to recover the aforementioned trajectory, the demands and how they were incorporated into political experiences during the last century. In addition, it sought to bring two recent experiences of urban policies undertaken by the municipal governments of Vienna (Austria) and Santo André (Brazil). In the end he presents some considerations that show the relevance of such policies for reducing not only social inequalities, but also sexual and violence against women.

Keywords: urban planning - gender - women - feminism

1 O URBANISMO MODERNO

Há um consenso na literatura de que o urbanismo moderno surgiu enquanto disciplina no século XIX no contexto de grandes transformações da sociedade europeia, que vivia o período da Revolução Industrial. As cidades começaram a se desenvolver, tornando necessário a reflexão sobre a vida urbana.

Até os primeiros decênios do século XIX existia um equilíbrio entre a vida urbana e a vida rural. A partir da Revolução Industrial aconteceu também uma revolução demográfica, que resultou em uma grande transformação da distribuição da população pelo território e migrações em massa para os centros urbanos. Choay (2013), apresenta números significativos. Londres, por exemplo, tem sua população quintuplicada em menos de um século, enquanto o número de cidades inglesas com mais de cem mil habitantes passa de duas para trinta.

Em função dos baixos salários recebidos pelos trabalhadores fabris, eles se viam obrigados a morar em áreas desprovidas de condições de habitabilidade nos entornos das fábricas, gerando problemas de habitação, salubridade, higiene, além de se tornarem focos de doenças epidêmicas.

Segundo Choay (2013), Engels, pertencente a um grupo de pensadores políticos, denunciava:

[...]a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação, os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. (p. 5-6)

Sendo assim, o urbanismo moderno nasce da necessidade de ordenar o caos em que se encontravam as cidades industriais e ganha força em um contexto de pós segunda guerra mundial, quando muitas cidades europeias precisavam ser reconstruídas rapidamente.

A autora Françoise Choay em O urbanismo: utopias e realidades, divide o urbanismo em dois momentos distintos: o Pré-Urbanismo e o Urbanismo Moderno, os subdividindo em progressistas, focado no ordenamento fabril das cidades e desenvolvimento, e culturalistas, que buscavam refletir sobre as necessidades humanas.

Ainda segundo Choay, o pré-urbanismo se diferencia do urbanismo moderno quando deixa de ser abordado por historiadores, economistas e políticos, e passa a ser responsabilidade, tanto no âmbito teórico quanto no prático, de especialistas, geralmente arquitetos. Poderia-se dizer, portanto, que o pré-urbanismo estaria ligado à política, enquanto que o urbanismo poderia ser considerado é despolidizado.

1.1 O URBANISMO PROGRESSISTA

Revolução Industrial foi, para essa vertente do urbanismo, indicador de um futuro positivo para a sociedade, que promoveria transformação e bem-estar. Pensava-se que a situação conflitante vivida pelas grandes cidades europeias no século XIX poderia ser restaurada pela indústria e pela ciência. Mas isso significava abrir mão do passado, causador dos problemas, e enxergar a modernidade e o futuro como progresso. (Choay, 2013, p. 20)

Aos progressistas não interessava compreender o contexto em que a desordem urbana estava inserida, afirma Vieira (2013), mas desenvolver soluções de uma nova ordem que se pautaria em conceitos-chave e resultaria em um modelo tipo aplicável em qualquer lugar e tempo.

As ideias defendidas pelos progressistas passaram a ter maior visibilidade através dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) a partir de 1928, onde era discutido temas relacionados à arquitetura, urbanismo e design. Os CIAMs eram promovidos pelos principais nomes relacionados ao movimento moderno. No encontro do CIAM de 1933 foi proposto a formulação de uma doutrina intitulada de Carta de Atenas, que, segundo Choay, constituiu o bem comum dos progressistas. Até então, a principal pauta debatida nesses congressos era o da habitação. O urbanismo só se tornou o assunto principal a partir de 1930.

A principal ideia por trás das ideologias dos urbanistas progressistas é a da modernidade e existe na base do urbanismo progressista, bem como no pré-urbanismo progressista, uma visão da era industrial como uma ruptura histórica radical entre o passado atrasado e um futuro de progresso. (Choay, 2013, p. 20).

Mas na concepção desses urbanistas, as cidades também precisavam passar por uma revolução industrial. Isso não implicava apenas no uso de materiais modernos como o aço e o concreto, que permitiriam a construção em maiores escalas e diferentes tipologias, mas principalmente na aplicação da mecanização das fábricas. O desdobramento na escala universal incubia os urbanistas a padronização da humanidade e de suas necessidades, surgindo assim o *homem-tipo*, “idêntico em todas as latitudes e no seio de todas as culturas [...]”. (Choay, 2013, p. 21).

A geometria ordenou o modelo progressista, mas de uma forma muito primária. Consistia basicamente na disposição de elementos cúbicos ou paralelepipedais em harmonia com linhas retas que se cortam em ângulos retos: o ortogonismo é a principal regra que determina as relações entre os edifícios em si e com as vias de circulação. O modelo ortogonal traz consigo a ideia higienista e da máxima eficiência defendida por essa vertente, mas normatiza e torna a paisagem urbana genérica. (Choay, 2013, p. 23)

1.2 O URBANISMO CULTURALISTA

A outra vertente do urbanismo moderno, seguindo a classificação de Choay, é o urbanismo culturalista. Esse modelo tomou forma propriamente urbanística antes do modelo progressista, antes mesmo da utilização do termo urbanismo. É possível reconhecê-lo nos planos teóricos e práticos elaborados na Alemanha e a na Áustria nos anos 1880 e 1890. (Choay, 2013, p. 26)

Os princípios ideológicos desse modelo se baseiam na ideia de que a totalidade (a aglomeração urbana) prevalece sobre as partes (o indivíduo), bem como o conceito cultural de cidade¹ prevalece sobre a noção material de cidade. (Choay, 2013, p.27). O espaço do modelo culturalista se opõe ao do modelo progressista:

¹ Ao dizer que o conceito cultural de cidade prevalece sobre a noção material de cidade, Choay busca mostrar que as características culturais, a identidade daquele povo e o coletivo se sobrepõem ao espaço físico, ao ordenamento progressista e ao individualismo.

Limites precisos são determinados para as cidades. A metrópole da era industrial horroriza Howard, que fixa em trinta mil ou cinquenta e oito mil o número de habitantes de sua cidade. Esta é circunscrita de modo preciso, limitada por um cinturão verde destinado a impedir qualquer coalescência com outras aglomerações. (Choay, 2013, p. 27)

Para o urbanismo culturalista, cada cidade deveria ocupar o espaço de maneira particular e diferenciada. As pesquisas de diferenciação tiveram duas abordagens distintas, enquanto Howard, o pai das cidades-jardins, enfatizava os aspectos sociológicos, tais como o equilíbrio entre as classes etárias e todos os setores do trabalho, Camillo Sitte, um dos fundadores da vertente culturalista, apegado exclusivamente às maneiras de assegurar as particularidades e variedades ao espaço interior, recorria à análise das cidades do passado. Eram observados os traçados das vias, as disposições e dimensões das praças em relações às suas vias de acesso, com os edifícios que as delimitavam e com os monumentos. (Choay, 2013, p. 27)

Os urbanistas culturalistas receberam diversas críticas quanto ao modelo proposto, caracterizado por Choay como “nostálgico”. São acusados de querer retomar modelos retrógrados de cidade em pleno século

XX. Muito ligados à estética e a formas do passado, chegam a ignorar a evolução da vida urbana, das condições de trabalho e os problemas associados à circulação. Quanto as cidades-jardins, as críticas estão relacionadas ao controle de expansão urbana exigido e as estritas limitações que não são compatíveis com as necessidades de desenvolvimento econômico moderno. (Choay, 2013, p. 28)

Uma vez que o modelo de cidade mais difundido é o do urbanismo modernista, especialmente o progressista, a construção histórica dessas vertentes, bem como a compreensão dos elementos que as caracterizam torna-se necessário para embasar a discussão da relação do gênero com o espaço urbano que se seguirá.

2 GÊNERO, CIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

A intenção de estudar sobre a relação da mulher com o espaço urbano vem da vivência da cidade, de experienciar nas práticas cotidianas o impacto do planejamento urbano que torna homogênea a sociedade e não se atém as necessidades das minorias. Além das recorrentes denúncias e reclamações de mulheres nos meios de comunicação em massa e mídias sociais sobre as dificuldades e os riscos de se transitar pelas cidades brasileiras. O debate se torna ainda mais pertinente devido as mulheres equivalerem a 51,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Outro dado que demonstra a relevância desse estudo é o crescente número de famílias chefiadas por mulheres, que em 2000 totalizavam 24,9% e totalizam hoje 38,7% das famílias que residem em domicílios particulares, ainda segundo informações do Censo 2010.

As antigas abordagens do planejamento urbano eram homogêneas, tendendo a favorecer homens brancos e saudáveis e fizeram a suposição sobre a função da mulher, quanto a sua natureza doméstica. A família era a unidade básica para as criações políticas, nas quais funções específicas de gênero tomaram precedência, onde o homem era o provedor e a mulher, esposa e mãe. As mulheres eram vistas para pertencer ao espaço privado, como os lares, enquanto o espaço público era desenhado para o uso dos homens. O que resultou em espaços construídos que favoreciam cidadãos masculinos saudáveis, empregados e móveis.

Essa abordagem se tornou arraigada na educação do planejamento, nas produções teóricas e nas vivências práticas, e permaneceu relativamente intocável até a “segunda onda” do feminismo no planejamento, seguindo o movimento de liberação das mulheres em 1960. (UN-Habitat, 2012, p.15)

Ao longo da história das cidades, o lugar reservado às mulheres sempre foi o interior das casas, o espaço privado, doméstico, enquanto aos homens ficou o espaço público, político e econômico. Essa distinção das esferas públicas e privadas “sexuou” a cidade, gerando uma dominação masculina. Os estudiosos tiveram dificuldade em reconhecer a existência dessa dominação, o que resultou na invisibilização das mulheres na multidão que compõe o espaço urbano. (Calió, s.n.t., p. 4). A cidade passou a ser habitada por uma população homogênea, assexuada, sujeita a uma visão global, que segundo Calío (s.n.t.) é masculina, tendo a relação de classes como a única relação social vivenciada. O não reconhecimento da cidade sexista impede que os estudiosos urbanos reconheçam nela as mulheres, bem como a segregação sofrida através da ideologia patriarcal que é refletida na cidade.

Jacobs (1961) denunciou o fato de que os projetistas e planejadores urbanos, que eram em sua maioria homens, criavam planos e projetos que os excluía como participantes da vida cotidiana. O zoneamento proposto por eles deixava o local de trabalho e do comércio distantes da zona residencial, desencorajando a participação do homem na vida doméstica diária, demonstrando como o modelo de cidade é sexista advindo do modelo familiar patriarcal. (Vieira, 2013, p.92)

A invisibilização da mulher nas discussões sobre espaço urbano tem resultado em cidades que não dialogam com suas necessidades específicas, além de que misturada à multidão, a mulher tem a falsa sensação de igualdade de uso, de acessibilidade aos espaços públicos e mobilidade urbana. (Calió, s.n.t., p.5). Calió (1992) apud Gonzaga (2004) afirma que “são novas as discussões e re-leituras do urbano, que estão levantando à revisão do conceito de políticas urbanas, a partir da perspectiva de gênero”. E que o planejamento urbano no país tem tido dificuldades em se adequar, em relação aos seus procedimentos técnicos, a essa nova leitura da vida urbana, tornando necessário a incorporação da crescente presença das mulheres nas lutas pela apropriação do espaço.

2.1 A RELAÇÃO DA MULHER COM A VIDA URBANA

As funções da mulher na sociedade foram se modificando ao longo da história, consequentemente sua relação com espaço urbano e maneira como elas o apropriam. Segundo Calió (s.n.t.), a definição dos papéis sexuais em nossa cultura confinou as mulheres ao espaço doméstico, as privando do acesso ao conhecimento, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que foram, e ainda são, privilégio dos homens.

A mulher, conforme afirmar Gonzaga (2004), não podia ter direito à cidade, uma vez que nas relações de classe ela pertencia às mais inferiores, não apenas economicamente, mas também nas relações culturais, por estas serem a base da ideologia dominante, que confina a mulher às atividades domésticas e ao interior das casas. Nesse caso, a cultura é tida como construção de relações de comportamento e estabelecimento de funções em um dado espaço construído.

O direito de adquirir uma casa é uma parte dos direitos humanos das mulheres. Os problemas e barreiras da habitação são vividos de maneira diferente entre os gêneros, especialmente no

que se trata dos custos e acessos, localização, qualidade e forma, falta de moradia, moradia emergencial e despejo. A falta de moradia adequada e a segurança da posse têm sido responsáveis por tornar a mulher mais vulnerável a violência. Segundo a UN-Habitat (2012), a moradia está inexplicavelmente relacionada à segurança. Aumentar o acesso das mulheres ao direito à habitação e abordar as limitações financeiras são ferramentas-chave para combater a pobreza e melhorar o acesso das mesmas à moradia. (UN-Habitat, 2012, p.6)

O despejo forçado de famílias ou comunidades de suas casas, terras e vizinhanças, contra as suas vontades, diretamente ou indiretamente atribuída ao Estado, é um tratamento recorrente para casas e comunidades pobres e tem contribuído para a falta de moradia. Os despejos são constantemente acompanhados por violência, especialmente contra mulheres, aos quais inclui intimidação, coerção, estupro, espancamento, deixando todo processo de renovação urbana em cheque. UN-Habitat, 2012, p. 7)

Quando se trata da situação financeira das mulheres, em geral, as mulheres são menos economicamente ativas² do que homens no setor formal de emprego, afirma UN-Habitat (2012). Nos países desenvolvidos, cerca de 60% das mulheres combinam trabalho com as responsabilidades da família, e entre as mulheres economicamente ativas, 20% preferem a vida voltada para as atividades domésticas. Entretanto, em países em desenvolvimento, as razões pelas quais as mulheres se mantêm fora do mercado de trabalho estão mais relacionadas com a necessidade de preencher expectativas sócio-culturais, com a falta de acesso a educação ou a necessidade de realizar funções domésticas.

As diferenças de gênero também existem nos trabalhos não remunerados. As mulheres são mais propensas a cuidar de crianças e idosos ou membros enfermos da família, como também ficam com a maioria das atividades domésticas. Como cuidadoras primárias, as mulheres são responsáveis por garantir que as crianças vão para escola ou por buscar tratamento médico para os familiares. Essas responsabilidades podem representar fardos extras em países onde há dificuldade em acessar esses tipos de serviços. Embora os homens e as mulheres passem o mesmo tempo trabalhando, o trabalho da mulher não é remunerado ou reconhecido, uma vez que essas tarefas são consideradas suas funções tradicionais. (UN-Habitat, 2012, p. 4)

Para as mulheres, o acesso a lugares públicos não é experienciado da mesma forma que os homens, são atos que em muitos casos dependem da dominação do medo pela rua, tornando a cidade um lugar onde realizam seus trajetos e cumprem suas funções, sem que elas tenham espaço próprio. O seu direito de desfrutar da cidade enquanto cidadã está completamente ligado e condicionado ao seu papel social (Calío, 1992a, p. 3-4). Quando as mulheres não estão em seu local de trabalho, elas estão nos espaços da cidade tidos como femininos, o supermercado, feira, posto de saúde, que se tratam de extensões do espaço privado do lar, afirma Calío (1992a). A intensa presença das mulheres nesses espaços está diretamente conectada ao tipo de função que lhes são endereçadas nas divisões domésticas do trabalho. Ou seja, os espaços públicos onde as mulheres são admitidas é o espaço público expandido do lar.

A capacidade das pessoas de acessarem instalações locais e emprego depende da sua mobilidade e das escolhas que estão disponíveis. Só apenas na década passada que os legisladores em países em desenvolvimento reconheceram as diferenças de gênero na

² População economicamente ativa é aquela que está inserida no mercado de trabalho e exerce alguma atividade remunerada.

maneira como homens e mulheres se locomovem. Estudos pelo mundo mostram que o gênero determina qual forma de transporte é usada e a maneira como o transporte é encarada. (UN-Habitat, 2012, p. 11)

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto YouGov e divulgada pela ActionAid, movimento global para promover os direitos humanos e superar a pobreza, 86% das mulheres brasileiras entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio em público nas cidades que residem. Durante a campanha Cidades Seguras para as Mulheres, lançada pela ActionAid em 2014, foram divulgados dados que mostram que 98% das mulheres entrevistadas acreditam que iluminação pública dá mais segurança nas ruas, 79% acreditam que a má qualidade dos serviços públicos dificulta suas vidas, limitando o acesso de 33% delas ao trabalho e de 22% à educação. Para 53% das mulheres, o problema aumenta casos de assédio, assalto e estupro.

Os dados apresentados demonstram como os espaços urbanos não só não acolhem as mulheres, mas também, quando não sensíveis às necessidades de gênero, contribuem para situações de insegurança e violência. É possível verificar também, através dos resultados da pesquisa, como as intervenções no espaço público são relevantes e podem modificar a percepção da mulher e a sua relação com a cidade.

2.2 GÊNERO E PLANEJAMENTO URBANO

O objetivo do planejamento urbano é desenvolver cidades que sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis, que destinem espaço para moradia em locais adequados, conectados às comodidades que as pessoas necessitam para viver, afirma UN-Habitat (2012). Não apenas identificar os usos da terra, mas idealmente integrar o lugar do trabalho com o transporte público e com a habitação. Dessa maneira, a igualdade nas funções de gênero pode ser facilitada.

A fim de introduzir a questão de gênero no processo de planejamento, torna-se necessário que os planejadores urbanos passem a se questionar sobre como os planos e projetos propostos irão aliviar a desigualdade e desvantagens de gênero e promover a igualdade (UN-Habitat, 2012, p. 4). Pensamentos feministas tem informado muitas das ideias-chave sobre o gênero no planejamento urbano, particularmente desde do advento da segunda onda do feminismo no meio do século XX. Nos anos 1960, e particularmente na América do Norte, muitas mulheres começaram a tirar vantagem das novas oportunidades de educação e desafiar os estereótipos culturais de donas de casa do subúrbio. Pesquisadores começaram a escrever sobre a relação entre mulher e o espaço construído, destacando as falhas gerais do modelo moderno de planejamento urbano masculinizado. (UN-Habitat, 2012, p. 18)

Em 1970, o movimento *Women in Development*³ (WID) surgiu buscando igualdade para mulheres e melhores oportunidades para participar no processo de desenvolvimento. (UN-Habitat, 2012, p. 18). Próximo aos anos 1980, governantes locais, corpos internacionais e acadêmicos, incapazes de ignorar as preocupações das mulheres e de organizações feministas, começaram a considerar como esses problemas poderiam ser abordados através de políticas e ações municipais. Um número crescente de mulheres tinham ingressado a profissão de planejador urbano e isso começou a ter impacto na maneira na qual os

³ Mulheres em desenvolvimento. (Traduzido pela autora)

problemas eram tratados. Elas encorajaram o uso mistos da terra e o planejamento do transporte público focado na acessibilidade ao invés da mobilidade⁴. (UN-Habitat, 2012, p. 18)

Desde os anos 1980, uma crescente atenção também tem sido dada ao uso dos espaços sob a perspectiva de gênero, como os parques, as ruas e o transporte público, abordando o objetivo de segurança das mulheres nos ambientes públicos para corrigir desigualdades históricas e reconhecendo que esses espaços pertencem a ambos, homens e mulheres. Embora a relação das mulheres com os espaços já venha sendo discutida por quase quatro décadas, poucos avanços foram feitos. Ainda existe dificuldade em compreender e atender as necessidades desse grupo, resultando em soluções genéricas. (UN-Habitat, 2012, p. 18)

Segundo Neimanis (2001) apud UN-Habitat (2012), o gênero como corrente principal do planejamento urbano é definido como:

Processo para avaliar as implicações para mulher e homens em qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas e programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer as preocupações e experiências das mulheres, bem como dos homens, uma dimensão integral do projeto, da implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que os homens e as mulheres se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue. (p. 21)

A ideia-chave é de que o gênero seja considerado em todas as etapas de elaboração das políticas, visando garantir que as diferentes necessidades sejam consideradas nas tomadas de decisões. Um dos principais benefícios dessa corrente é a indispensabilidade de se conduzir uma análise detalhada das demandas e prioridades de cada gênero, e entre diferentes grupos de mulheres e homens, incluindo grupos étnicos e aqueles com necessidades especiais. Essa obrigatoriedade possibilita melhor conhecimento sobre a realidade local, não se pautando apenas em gênero, mas levando em consideração outras características que impactam na relação com a cidade, e aumenta a abrangência e eficácia dos planos e programas.

Entre as barreiras encontradas por esse modelo de planejamento, incluem a falta de vontade política por parte dos governantes, falta de fundos e recursos, incerteza sobre a responsabilidade pela implementação e contínua resistência em abordar a igualdade de gênero no planejamento urbano. Há a necessidade de reestabelecer a ideia que o planejamento pautado no gênero está conectado aos projetos específicos para mulheres, onde desigualdades de longa data e discriminação precisam ser combatidas. Em muitos casos, contudo, esse modelo de planejamento tem sido usado para cortar os projetos das mulheres, com efeitos devastadores. (UN-Habitat, 2012, p. 22)

Por sua vez, a legislação possui o poder de estimular a ação e é crucial para assegurar que a igualdade de gênero seja abordada ao nível da lei. Ela deveria requerer órgãos sociais para coletar estatísticas que façam a distinção entre os gêneros, uma vez que a separação dos dados permite maior compreensão sobre o contexto e demandas de cada sexo, além de melhorar o planejamento do processo de tomada de decisão. No entanto, quando existem preceitos para igualdade de gênero, eles devem ser apoiados através da promoção de

⁴ A acessibilidade e a mobilidade se diferenciam uma vez que a mobilidade foca apenas na locomoção do indivíduo, enquanto a acessibilidade engloba aspectos físicos das estações e do transporte, como a presença de rampas e elevadores, a iluminação e segurança pública, o número de estações espalhadas pelo território e a questão tarifária.

conhecimento e entendimento dos problemas de gênero para se tornarem transformativo, afirma Reeves (2005) apud UN-Habitat (2012)

Os atores do planejamento e as autoridades políticas relacionadas têm a função principal de transmitir a mensagem de que a abordagem que leva em consideração o gênero é importante no desenvolvimento de projetos e liderará a resultados bem sucedidos. Embora o planejamento urbano e o transporte sejam intrinsecamente conectados no espaço urbano, tipicamente não são integrados o suficiente no nível metropolitano para assegurar o desenvolvimento dos ambientes que se adequam as necessidades dos residentes, especialmente das mulheres. (UN-Habitat, 2012, p. 46 e 47).

O design urbano não se trata apenas sobre fazer os lugares ficarem esteticamente agradáveis, a segurança da mulher deveria ser aspecto-chave em todos planejamentos e projetos urbanos. A localização dos edifícios e serviços, a largura das ruas e espaços públicos precisam ser considerados sob a perspectiva de gênero, bem como as soluções de design, variando da pequena a grande escala. A incorporação de ferramentas de auditoria de segurança nos projetos do desenho urbano é um método que mostra ter resultados bem sucedidos para as mulheres. Coletar melhores e mais precisas informações no processo de projeto urbano ajuda a garantir que as necessidades sejam melhor atendidas. A separação por gênero das informações sobre como os espaços e instalações podem ser usadas ajuda determinar as necessidades de cada (UN-Habitat, 2012, p. 47).

Segundo a UNWomen (2008) apud UN-Habitat (2012), as mulheres são comum e significativamente pouco representadas no processo de tomada de decisão local e nacional, embora elas compreendam metade da população mundial. Teorias e práticas sobre a participação comunitária no planejamento tem evoluído, como também a consciência da importância do gênero na participação, de acordo com Seaforth (2002) apud UN-Habitat (2012). Embora a participação - engajamento público na governança urbana e desenvolvimento comunitário - ainda esteja significativamente prejudicada pela discriminação, restrições culturais e domésticas, a superabundância de ferramentas e práticas agora existem para ajudar a participação dos gêneros no processo de tomada de decisão. Muitas das ferramentas e dos melhores guias práticos, e muito do impulso para implementação da igualdade de gênero na participação do planejamento, tem como fonte organizações locais de mulheres e organizações não-governamentais, afirma Todes et al. (2008) apud UN-Habitat (2012)

As abordagens participativas típicas no planejamento urbano focam nas comunidades envolvidas como se fossem grupos homogêneos. Isso tem se provado não inclusivo e parcial, quando se trata de identificar problemas e soluções. A necessidade de olhar para os problemas e questões através de uma série de lentes, incluindo a do gênero, é reconhecido, mas não amplamente praticado. Os processos participativos podem variar desde diálogos entre os moradores das comunidades locais, onde a iniciativa repousa nesses grupos, até engajamento profissionalmente guiado, onde os planejadores assumem a liderança e trabalham próximos com os grupos locais e partes interessadas. (UN-Habitat, 2012, p. 29)

Quando se trata das cidades brasileiras, ao analisar a participação das mulheres na construção de planos diretores, depre-se com um número expressivo. Mas a atuação feminina está principalmente restrita às etapas e funções de mobilização, com baixa participação nas instancias políticas e decisórias, conforme afirma Cymbalista. (s.n.t.) Segundo pesquisa realizada pela ONG Etapas apud Cymbalista (s.n.t.) sobre a presença das mulheres no Orçamento Participativo do Município de Recife em 2004, constatou-se que embora 58% dos

participantes fossem mulheres, 64,3% afirmaram nunca ter expressado seus pensamentos durante as reuniões. Essa constatação coloca em cheque a eficácia da participação feminina, que acaba se tornando apenas alegoria, legitimando decisões que não só não combatem as segregações, como também acaba por promovê-las. (Cymbalista et al., s.n.t., p. 6). E mostra, principalmente, o longo caminho para se alcançar um planejamento justo que leve em conta os problemas e as aspirações da mulher.

Após a abordagem sobre as políticas de planejamento urbano e gênero, a seguir serão apresentados dois estudos de casos, a experiência na cidade de Viena (Áustria), primeiro município no mundo a abordar a questão do gênero dentro do planejamento urbano, e uma experiência nacional, na cidade de Santo André, município brasileiro pioneiro no desenvolvimento de políticas de planejamento sensível ao gênero.

3 INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NO PLANEJAMENTO URBANO EM VIENA

A cidade de Viena tem abordado o problema do planejamento sensível ao gênero por mais de duas décadas. A exposição "*Wem gehört der öffentliche Raum? Frauenalltag in der Stadt*"⁵ que ocorreu em 1991, demandou pela primeira vez de forma explícita uma abordagem específica de planejamento pautada pelas necessidades de cada gênero. Sendo assim, inaugurou-se o Departamento de Mulheres da cidade de Viena em 1992, com foco específico nos aspectos do planejamento. Em 1998, com a criação do Departamento de Coordenação para Planejamento e Construção orientada para os requerimentos da vida diária e necessidades específicas das mulheres, pertencente ao Grupo Executivo para Construção e Tecnologia, Viena assumiu uma função pioneira: além de tomar cuidados especiais com os interesses de meninas e mulheres no planejamento, o escritório de coordenação assumiu em 2001 a tarefa central de evolução e estabelecimento de novas estratégias da perspectiva de gênero nesse âmbito. (Viena, 2013, p. 16)

O planejamento sensível ao gênero define o conceito de trabalho não apenas como trabalho remunerado, mas também tarefas domésticas e familiares não remuneradas. Em pesquisa realizada em 2005 pelo Departamento de Mulheres da cidade de Viena e apresentado por Viena (2013), apenas 46% das horas de trabalho das mulheres são ocupadas com atividades remuneradas, enquanto os homens dedicam 76% de suas horas. Quando se trata das horas de trabalho dedicadas às atividades domésticas, as mulheres gastam 37% do seu tempo, já os homens apenas 17%. Os cuidados com as crianças demandam 17% do tempo das mulheres e apenas 7% dos homens. A integração do gênero no planejamento e desenvolvimento urbano, portanto, concentra-se em particular sobre a casa e o ambiente residencial (Viena, 2013, p. 18).

Neste sentido, o planejamento da cidade buscou identificar e atender não apenas as necessidades específicas de cada gênero, mas também fazer distinções entre as demandas das diferentes faixas etárias. Dentro dos princípios básicos do plano foram estipulados objetivos estratégicos do planejamento e de desenvolvimento urbano que abordaram diferentes fases e realidades da vida: o apoio a conciliação dos deveres familiares e do trabalho remunerado, através da aplicação do princípio da "*city of short distances*"⁶ que garante, entre outras coisas, a acessibilidade a destinos-chave próximo à residência e provê

⁵ Quem possui os espaços públicos? A vida cotidiana das mulheres na cidade. (Traduzido pela autora)

⁶ Cidade das pequenas distâncias. (Traduzido pela autora)

infraestrutura de comércio e serviços, como também áreas verdes, compatíveis com as necessidades cotidianas. (Viena, 2013, p. 24)

O projeto de intervenção na *Nordwestbahnhof*⁷, realizado em 2006, é um exemplo da inserção da vertente do gênero como aspecto principal no desenvolvimento do conceito de design urbano. O departamento municipal, que é responsável pelo o planejamento do uso da terra, escolheu o desenvolvimento de um conceito de design urbano para a *Nordwestbahnhof*, um antigo local de ferrovia no distrito municipal 20, como o projeto piloto que abordava as questões de gênero. O aspecto de gênero desempenhou função principal no desenvolvimento desse conceito: a densidade de prédios sustentáveis, espaços abertos com infraestrutura adequada e boa acessibilidade para pedestres estavam entre os principais requerimentos. (Viena, 2013, p. 56)

Ao se tratar da perspectiva de gênero no planejamento do uso e ocupação do solo, o zoneamento do território e os planos de desenvolvimento foram abordadas como pré-requisitos fundamentais para a implementação de muitos critérios de qualidade relevantes ao gênero, para assegurar condições essenciais de quadros espacial-estrutural. Ao mesmo tempo, as restrições excessivas das margens de manobra para a concepção e criação devem ser evitadas para impedir impactos negativos na implementação. As condições estruturais que governam cada projeto de planejamento são, portanto, decisivas para conciliar regulamentos obrigatórios com outros instrumentos de garantia de qualidade, como por exemplo, estruturas de propriedade e de participação, as possibilidades da cidade de Viena influenciar processos de implementação por meio de acordos sob leis privadas, etc. (Viena, 2013, p. 65)

Os espaços públicos passaram a oferecer muitos aspectos que estão relacionados ao planejamento pautado no gênero como vertente principal. Em particular durante o desenvolvimento dos projetos e a fase da implementação, uma enorme quantidade de detalhes que impactam fortemente a vida cotidiana de vários grupos de usuários são decididos. Muitas vezes são essas soluções detalhadas ou questões aparentemente puramente técnicas que abrigam a maior possibilidade de apoiar (ou complicar) as tarefas diárias e trabalho familiar. O plano desenvolvido pela cidade teve dois focos: o desenho de paisagens de ruas e praças públicas e a concepção de parques públicos. (Viena, 2013, p. 73)

As tarefas diárias e o trabalho familiar são caracterizados por complexas sequências de viagem e mobilidade a pé. Uma avaliação específica do gênero na repartição modal revela que as mulheres e, especialmente pessoas com tarefas de cuidar da família, viajam com mais frequência a pé ou de transportes públicos. No entanto, estes não só incluem mulheres e homens donos de casa. Em vez disso, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais de mobilidade também são dependentes de uma rede atraente e segura de calçadas e ciclovias, sobretudo nas imediações da casa e de boa acessibilidade de transportes públicos. Se a mobilidade independente desses grupos é melhorada, isso vai por sua vez, facilitar o trabalho familiar e reduzir o número de viagens realizadas para acompanhar parentes. (Viena, 2013, p. 73)

Em Viena, a consideração dos aspectos sensíveis ao gênero no planejamento e na construção de conjuntos habitacionais já é abordado há muitos anos. No início de 1990, empreendimentos de expansão urbana em larga escala levaram a repensar os projetos de habitação para alinhá-los com as necessidades das mulheres e as exigências da vida diária. Em

⁷ Estação de trem Noroeste. (Traduzido pela autora)

1997, Frauen-Werk-Stadt I, o maior projeto de habitação voltado a atender as necessidades das mulheres implantado até agora na Europa, constituiu o primeiro modelo desenvolvido nesses parâmetros. (Viena, 2013, p. 87). Implementado no distrito municipal 21, foi o primeiro projeto destinado a atender as necessidades das mulheres implementado em Viena (1993-1997). O principal objetivo estava em apoiar as mulheres em suas tarefas de cuidar da família e das atividades domésticas. O projeto seguinte, Frauen-Werk- Stadt II no distrito municipal 10, coloca um foco claro em habitação assistida e orientada para a comunidade de pessoas idosas. Este projeto foi concluído em 2004. O projeto de habitação [ro*sa], localizado no distrito municipal 22, foi desenvolvido em uma base participativa juntamente com os futuros moradores e construído em 2009.

Como desenvolvimento dessa política de inclusão do gênero no planejamento urbano, Viena conseguiu desenvolver diversos planos, programas e projetos nas áreas de design urbano, uso e ocupação do solo, espaços públicos, habitação e prédios públicos, que tornou a cidade mais igual e acessível para diversos grupos da sociedade.

4 PROGRAMA SANTO ANDRÉ MAIS IGUAL

O município de Santo André, localizado na zona sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, apresenta um histórico de abordagem do gênero em suas políticas públicas, embora nem todas tenham sido consolidadas. Ainda em 1992, a administração desenvolveu o Plano Municipal de Direitos das Mulheres incorporado ao Plano Diretor. Este partia do princípio de que os homens e as mulheres experienciam os problemas urbanos de forma diferente. (Calió, 1992a, p.13).

O Plano foi elaborado pela Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André que, segundo Gonzaga (2004), destacou que o conceito pleno de exercício de cidadania só teria real aplicação na vida das mulheres, caso significasse também o enfrentamento direto de suas questões específicas. Foram propostos sistemas especiais de defesa contra violência e contra discriminação no emprego, bem como a criação de políticas de saúde integral e de habitação, criação de novas oportunidades em todas as áreas da economia, além de garantia de acesso à educação, à formação profissional e a facilitação de crédito.

Em 1997, a prefeitura de Santo André retomou a discussão ao inserir as pautas de gênero no Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS), que posteriormente foi ampliado e recebeu o nome de Santo André Mais Igual. Nele, as demandas específicas das mulheres eram escutadas e trabalhadas a fim de gerar maior inclusão social e cidadania.

O programa surgiu com o objetivo de desenvolver intervenções integradas para a infraestrutura física e social em quatro favelas selecionadas: Sacadura Cabral, Tamarutaca, Capuava e Quilombo II. Na época, muitas famílias viviam em situações precárias, em casas sem infraestrutura, com abastecimento ilegal de água, esgoto e energia elétrica. As comunidades eram pouco organizadas, possuíam baixo nível de mobilização e as crianças e jovens estavam expostos ao crime e a violência, afirma UN-Habitat (2008) apud UN-Habitat (2012).

Segundo Prefeitura de Santo André (2000) apud Blanco Junior (2006), inicialmente, o PIIS, que aconteceu entre os anos de 1997 e 2000, contava onze diferentes projetos, coordenados por cinco diferentes secretarias e com a participação de outros seis setores da prefeitura. Com a reeleição do prefeito para o período de 2001-2004, o programa passou por algumas mudanças que visavam melhorar o seu desempenho, afirma Blanco Junior (2006). A primeira

alteração foi no nome do programa, que passou a chamar Santo André Mais Igual (SAMI). Os projetos do PIIS foram ampliados para quase trinta, contando com apenas um voltado para a área de habitação, enquanto os demais estavam relacionados a questão do trabalho, renda e educação.

A mudança de nome e a ampliação dos projetos foi precedida pela alteração do foco do programa, que passou a se basear nos princípios da integração das ações voltadas para inclusão social, territorialização das ações e participação comunitária. A questão da inclusão social passou a ser o principal objetivo do programa. (Blanco Junior, 2006, p. 156).

De acordo com a secretária de desenvolvimento urbano e habitação, Rosana Denaldi⁸, a concepção do programa partiu do pressuposto de que a exclusão social é um fenômeno de ordem econômica, urbana, cultural e social e que estas diferentes dimensões estão relacionadas. Portanto era necessário adotar uma abordagem integrada e articular projetos que dessem conta dos diversos aspectos citados. Desta forma, o programa buscou abordar três dimensões: a urbana, a social e a econômica.

Todos os projetos contavam com um coordenador geral e o seu desenvolvimento em campo era promovido com auxílio de técnicos e agentes comunitários. Estes eram selecionados entre os moradores e estavam envolvidos na saúde, na coleta de resíduos sólidos, na alfabetização de adultos e a recreação das crianças, garantindo que a população estivesse presente e atuante desde o começo, no gerenciamento e implementação dos projetos. (UN-Habitat, 2012, p. 38).

As intervenções no espaço urbano contavam com a reabilitação de áreas degradadas, que incluía abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem pluvial, pavimentação das vias, eletricidade e iluminação pública, com a criação de espaços e instalações públicas, como creches, centros comunitários, praças com paisagismo de alta qualidade e quadras poliesportivas. Também ocorreram intervenções nas habitações através de regularizações fundiárias, assessoria para auto construção, além da remoção das áreas de risco quando necessário. (UN-Habitat, 2012, p. 38).

Segundo Larangeira (2003), as pautas de gênero assumiram função transversal dentro das iniciativas do programa Santo André Mais Igual, ou seja, estavam presentes em todas as formas de atuação, englobando desde intervenções físico no espaço urbano até os programas com caráter social e econômico.

A inserção das necessidades específicas de gênero dentro dos programas partiu da constatação do crescente número de famílias chefiadas por mulheres, que conseqüentemente inferia em uma mudança nas funções desempenhadas por elas, ou seja, deixavam de se dedicar somente às atividades domésticas e se inserem no mercado de trabalho. Além da feminização da pobreza, o acúmulo de responsabilidades e as múltiplas jornadas de trabalho também influenciaram na introdução do gênero no planejamento urbano de Santo André. (Larangeira, 2003, p. 94).

Em 1999, a Assessoria dos Direitos da Mulher iniciou o desenvolvimento de trabalhos com o foco nos temas de gênero e violência com as famílias que faziam parte do Programa Renda

⁸ DENALDI, Rosana. Santo André: Integração de programas para promover a inclusão social. s.n.t. Disponível em:

<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_eventos/coloquio2006/comunicacoes/denaldi.htm>. Acesso em: 18 Out. 2016.

Mínima, que atuava no âmbito econômico, constituindo-se na complementação da renda familiar associado a um conjunto de ações socioeducativas e acompanhamento psicossocial. Estas visavam, entre outras coisas, o fortalecimento da família e o desenvolvimento de sua capacidade de emancipação. Os trabalhos foram ampliados no segundo semestre dos anos 2000, quando passou-se a contar com o apoio do Centro de Educação para a Saúde e Assessoria ao Direitos da Mulher (CES) e com financiamento da Comissão Europeia, foi criado, assim, o Programa Gênero e Cidadania. (Larangeira, 2003, p. 94)

Entre os principais objetivos do programa estão a identificação das situações de violência nas áreas onde atuam, através do trabalho de diversos agentes (Guarda Municipal, agentes comunitários de saúde, educadores, etc.), buscou qualificar o atendimento à população e a valorização do sentido de cidadania; discutia com a população, homens e mulheres de diferentes faixas etárias, seus papéis sociais, a fim de mostrar que todos possuem direitos iguais e deveriam ter acesso às mesmas oportunidades; estimulou os programas que levavam em conta os recortes de gênero, com o intuito de oferecer a população equidade de acesso aos serviços públicos. (Larangeira, 2003, p. 94)

Segundo Santo André (2003) apud Larangeira (2003), desde os anos 2000, 708 mulheres, 297 homens e 134 adolescentes de ambos os sexos participaram do programa. Foram realizados um total de 112 grupos de discussão, cursos de conscientização sobre o gênero e campanhas voltadas para o combate da violência contra mulheres. Também ocorreram progressos em outras áreas, incluindo o direito de propriedade sobre lotes e unidades habitacionais que foi transferido para as mulheres chefes de família e a melhoria nos cuidados com a saúde reprodutiva. (UN-Habitat, 2012, p. 38)

A participação feminina na vida comunitária também passou por expansão. Segundo dados apresentados por Larangeira (2003), 60% dos cargos de conselheiros e delegados do Orçamento Participativo foram preenchidos por mulheres. Passou-se a ter também uma notável presença de mulheres tanto nos 14 cursos profissionalizantes quanto entre os tomadores de empréstimo para alavancar micro e pequenos empreendimentos.

O Programa Santo André Mais Igual beneficiou diretamente 3.600 famílias, melhorando a qualidade de vida e o acesso à políticas sociais, trabalho e renda, especialmente no que diz respeito a atingir seus direitos como cidadãos. Além do programa Gênero e Cidadania ter proporcionado importantes avanços na autonomia econômica e social das mulheres, que resultou no recebimento do Prêmio Internacional de Dubai sobre as Melhores Práticas para Melhorar as Condições de Vida promovido pelas Nações Unidas em 2002 (UN-Habitat, 2012, p. 38).

As experiências de Viena (Áustria) e Santo André (Brasil) permitiram ver que políticas públicas, especialmente urbanas, com enfoque na questão de gênero podem resultar em ganhos para toda sociedade. As experiências analisadas mostraram que estes ganhos são reais e atinge os diversos lados da vida. Por isso, novos estudos são necessários para legitimar ações em outros municípios, pois ainda, particularmente o Brasil, encontra-se longe de atingir um padrão de equidade entre homens e mulheres. A seguir serão apresentadas algumas considerações que este estudo permitiu chegar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo bucou reunir diferentes abordagens sobre a relação do planejamento urbano e o gênero, a fim de criar uma base teórica que possibilitasse um diálogo e a construção de um pensamento sobre a pertinência de um urbanismo acolhedor que atuasse como agente da promoção da equidade de gênero.

Ao retomar a história do urbanismo moderno pode-se compreender como a construção desse modelo excluiu desde o início a presença das mulheres no ambiente urbano e como os impactos da vertente progressista, modelo mais difundido, ainda reverbera no cotidiano da cidade.

Através da construção da relação da mulher com o espaço urbano, tornou-se possível visualizar de forma mais concreta como os elementos da cidade têm papel fundamental na produção de territórios mais ou menos segregacionistas, podendo interferir nos papéis de cada gênero que são impostos pela sociedade. Além de mostrar como os estudos negligenciaram a presença das mulheres na vida pública, contribuindo para a invisibilização das mesmas e tornando mais difícil a inserção daquelas que desafiaram esses papéis patriarcais e a busca pela equidade de oportunidades nas relações sociais e econômicas possibilitadas pela cidade.

O planejamento urbano que incorpora a questão de gênero como pauta principal, embora tenha sido incorporado a nível legislativo na União Europeia ainda no fim do século XX, enfrenta ampla barreira na implementação prática ao redor do mundo devido a falta de vontade política, ausência de verbas e conhecimento específico.

A análise de experiências concretas elucidou sobre como é possível a construção de cidades mais acessíveis e como o impacto dessas intervenções pode ser sentido por todos os grupos da sociedade. Embora o foco dos casos apresentados fossem distintos, a cidade de Viena optou por intervenções mais espaciais enquanto o programa desenvolvido na cidade de Santo André, apesar de também ter realizado algumas intervenções físicas, buscou focar projetos que atuação da independência e fortalecimento econômico e social, ambos apresentaram resultados de empoderamento feminino, tornando-as mais seguras para se apropriarem dos espaços urbanos e atuarem em grupos de tomadas de decisões sobre a cidade.

Como principal proposta para enfrentar as dificuldades apresentadas ao longo do trabalho está a maior inserção das mulheres nos grupos de discussão, bem como nos cargos com poderes decisórios, focando na garantia da efetiva participação. Uma vez que essa presença possa assegurar que as demandas específicas sejam pautadas e inseridas nas propostas de planos, programas e projetos de intervenção. É importante ressaltar também a relevância da continuidade de estudos teóricos não apenas no campo do urbanismo, mas em todas as demais áreas do conhecimento que possam contribuir para a construção de uma sociedade, bem como cidades, mais igualitárias.

REFERÊNCIAS

ActionAid. Brasil lidera assédio de mulheres em espaço público, 2014. Disponível em:

<<http://www.actionaid.org.br/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico>> Acesso em 30/09/2016;

BLANCO JUNIOR, Cid. As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André. 2006, São Carlos. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

CALIÓ, Sônia Alves. Mulher e espaço urbano; Lopes, M.M./Assessoria dos Direitos da Mulher/Prefeitura de Santo André (SP), 1992, p. 3. apud GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004, São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de São Paulo, 2004;

CALIÓ, Sônia Alves. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. [s.n.t.]; CALIÓ, Sônia Alves; LOPES, Maria Margaret. Mulher e espaço urbano. [s.l.:s.n.]. 1992a;

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: Utopia e realidades uma antologia. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Cidade formal e cidade informal. Disponível em:

<<http://www.caupr.gov.br/?p=4907>> Acesso em 05/10/2016;

CYMBALISTA, Renato et al. Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. [s.n.t.];

DENALDI, Rosana. Santo André: Integração de programas para promover a inclusão social. s.n.t. Disponível em:

<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_eventos/coloquio2006/comunicacoes/denaldi.htm> Acesso em 18/10/2016;

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004, São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004;

GORS DORF, Leandro Franklin. Qual o lugar das mulheres nas cidades? Por um ativismo-feminista-urbano, 2016. Disponível em:
<<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3254>> Acesso em 01/10/2016;

- HAYDEN, Dolores. What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. In *Signs*, vol. 5, n° 3, Supplement. Women and the American City, pp. 170-187, University of Chicago Press Stable, Chicago, 1979.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
- <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 20/09/2016;
- JACOB, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011;
- LARANGEIRA, Adriana Araújo. Estudo de caso: PROGRAMA SANTO ANDRÉ MAIS IGUAL; intervenções em Sacadura Cabral, Tamarutaca, Capuava e Quilombo II – Santo André – SP / Adriana Araújo Larangeira, Tânia Castro. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Arruda. - Rio de Janeiro: IBAM/CEF, 2003;
- NEIMANIS, Astrida. Gender Mainstreaming in Practice: A Handbook Produced by the Regional Gender Programme of the United Nations Development Programme's Regional Bureau for Europe and the CIS (UNDP RBEC) apud UN- Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;
- SANTO ANDRÉ. Prefeitura. Do combate à pobreza à construção da inclusão social. Santo André: Secretaria de Inclusão Social e Habitação, 2003 apud LARANGEIRA, Adriana Araújo. Estudo de caso: PROGRAMA SANTO ANDRÉ MAIS IGUAL; intervenções em Sacadura Cabral, Tamarutaca, Capuava e Quilombo II – Santo André – SP / Adriana Araújo Larangeira, Tânia Castro. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Arruda. - Rio de Janeiro: IBAM/CEF, 2003;
- SANTO ANDRÉ. Prefeitura. Revista integração - Programa Integrado de Inclusão Social. Santo André: PSA, 2000 apud BLANCO JUNIOR, Cid. As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André. 2006, São Carlos. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.
- REEVES, Dory. Planning For Diversity, Routledge, London, 2005 apud UN-Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;
- SANDERCOCK; Leonie; FORSYTH, Ann. Gender: a new agenda for planning theory. Working Paper 521. Berkeley: University of California at Berkeley, 1990. 51p. apud VIERA, Claudia Andrade. Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia. 2013, Salvador. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2013;
- SEAFORTH, Wandia. Towards woman-friendly cities, Habitat Debate, 2002 apud UN-Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;
- UN-Habitat. Gender Mainstreaming in Local Authorities, Best Practices, UN-Habitat, Nairobi, 2008 apud UN- Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;

UN-Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;

TODES, Alison., MALAZA, Nqobile and WILLIAMSON, Amanda. Good Practice in Planning with Gender in the Common-wealth – Draft Report for the Women in Planning (WIP) Network of the Commonwealth Association of Planners, Johannesburg, 2008 apud UN-Habitat. Gender and Urban Planning: Issues and trends. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, 2012;

VIENA. Manual for Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development. Viena, 2013;

VIERA, Claudia Andrade. Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia. 2013, Salvador. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2013.